



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**17/10/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. OUVIDORIA.....	1
1.2. SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	3 - 4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. OUVIDORIA.....	5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. PROCESSO SELETIVO.....	6
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	7
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. OUVIDORIA.....	8
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. SEM ASSUNTO.....	9
7.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....	10

## Ouvidoria do Judiciário foi acionada por mais de 3 mil pessoas em 2014



A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou, nos últimos dez meses deste ano, 3.339 manifestações, com destaque para o mês de maio com 416 atendimentos. Cerca de 90% das demandas foram concluídas em até 20 dias úteis e representaram um crescimento de 20% em comparação ao mesmo período do ano passado (2.695 manifestações).

Os dados foram reunidos em relatório produzido e divulgado pelo órgão do TJMA. “Esperamos que as informações aqui contidas possam contribuir com a gestão do Poder Judiciário e com a construção de políticas administrativas tendentes a melhorar a qualidade dos serviços judiciais e extrajudiciais”, ressalta o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, elogiou o trabalho da Ouvidoria e reconheceu a importância do órgão para os serviços judiciais. “A Ouvidoria desempenha o papel de aproximar o ci-

dadão do Judiciário, uma das prioridades da nossa gestão”, disse a desembargadora.

**REGISTROS** - O item “reclamações” liderou a lista das manifestações, com 2.716 registros; em segundo lugar, “pedidos de informação”, com 417; em seguida, “denúncias”, com 86, e “dúvidas”, com 41 registros.

Entre as reclamações destaca-se a morosidade processual, 2.355 manifestações (86,71%). “A morosidade processual é um problema que assola o Judiciário como um todo e evidencia a necessidade de ações administrativas voltadas para a revitalização da atividade-fim de distribuição da Justiça”, explica o ouvidor. Das 325 unidades de trabalho judiciais, extrajudiciais e administrativas do Poder Judiciário do Maranhão que apresentaram registro de reclamação, a que liderou foram as Turmas Recursais de São Luís, com cerca de 7,03% (191 reclamações) de um total de 2.716 reclamações recebidas no mesmo período.

## **Documentos históricos do Judiciário são apresentados a estudantes na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**

Testamentos, cartas, inventários e outros documentos do Judiciário datados a partir do século XVIII foram apresentados a estudantes da rede pública e particular de ensino, por bibliotecários da Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na 11ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que no Maranhão acontece no estacionamento do Shopping São Luís, até 19 de outubro.

Os estudantes de ensino fundamental e médio assistiram atentamente às explicações fornecidas pela equipe de bibliotecários na palestra "Educação Patrimonial: os 'tesouros escondidos' nos arquivos históricos". Na oficina, foram apresentados conceitos e noções relativos à memória documental e aos arquivos judiciais, bem como obras e informações relevantes que vinculam fatos históricos do Maranhão na área judiciária, registrados e armazenados em documentos, no Arquivo do

Judiciário maranhense.

De acordo com a bibliotecária Leoneide Martins, o acervo possui documentos raros do século XVIII, considerados fundamentais para a construção e reconstituição da história e cultura maranhenses, que precisam ser conhecidos e preservados.

"Queremos despertar na sociedade, principalmente na comunidade estudantil, o interesse pelo conhecimento, valorização e preservação dos 'tesouros escondidos' no rico acervo do Tribunal de Justiça, composto por documentos históricos raríssimos de grande valia para a memória e história do Judiciário maranhense e, principalmente, do nosso Estado", pontuou a analista judiciária.

A professora Rosa Helena Ferreira, responsável por uma das turmas de escola pública, destacou que a palestra foi fundamental para os estudantes conhecerem e valorizarem a história do Judiciário e da sociedade maranhenses.

## Documentos históricos do Judiciário são apresentados a estudantes

PÁGINAS3



## Documentos históricos do Judiciário são apresentados a estudantes

Testamentos, cartas, inventários e outros documentos do Judiciário datados a partir do século XVIII foram apresentados a estudantes da rede pública e particular de ensino, por bibliotecários da Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na 11ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que no Maranhão acontece no estacionamento do Shopping São Luís, até 19 de outubro.

Os estudantes de ensino fundamental e médio assistiram atentamente às explicações fornecidas pela equipe de bibliotecários na palestra "Educação Patrimonial: os 'tesouros escondidos' nos arquivos históricos". Na oficina, foram apresentados conceitos e noções relativos à memória documental e aos arquivos judiciais, bem como obras e informações relevantes que vinculam fatos históricos do Maranhão na área judiciária, registrados e armazenados em documentos, no Arquivo do Judiciário maranhense.

De acordo com a bibliote-

cária Leoneide Martins, o acervo possui documentos raros do século XVIII, considerados fundamentais para a construção e reconstituição da história e cultura maranhenses, que precisam ser conhecidos e preservados.

"Queremos despertar na sociedade, principalmente na comunidade estudantil, o interesse pelo conhecimento, valorização e preservação dos 'tesouros escondidos' no rico acervo do Tribunal de Justiça, composto por documentos históricos raríssimos de grande valia para a memória e história do Judiciário maranhense e, principalmente, do nosso Estado", pontuou a analista judiciária. A professora Rosa Helena Ferreira, responsável por uma das turmas de escola pública, destacou que a palestra foi fundamental para os estudantes conhecerem e valorizarem a história do Judiciário e da sociedade maranhenses.

"Não tinha ideia da dimensão do acervo existente no Tribunal de Justiça. O tema discutido foi de suma importância para os alunos conhecerem um pouco mais so-

bre a história, a justiça e a cultura do nosso Estado e, sobretudo, se conscientizarem acerca do valor de um arquivo e da necessidade de preservar essa memória, tendo em vista a escassez de fontes de pesquisa locais", destacou a educadora.

**ACERVO**— No universo de aproximadamente 60.000 documentos históricos, provenientes das mais diversas comarcas do Estado, encontram-se obras raríssimas datadas a partir do século XVIII, dentre eles processos judiciais históricos, que evidenciam a organização da sociedade, o funcionamento da justiça e a cultura da época.

Documentos importantes, indispensáveis para a construção socioeconômica da sociedade maranhense, de repercussão histórica, estão no Arquivo do TJMA, tais como: o testamento e inventário de Catarina Mina, o inventário do Barão de Grajaú e o auto-crime dodesembargador Pontes Visgueiro.

Também existem ma-

nuscritos da comarca de Alcântara - a segunda mais importante cidade histórica do Maranhão - correspondem ao período de 1801 a 1975, contemplando peças documentais provenientes do Tribunal da Relação, do Juízo dos Órfãos e do Juízo Municipal e O catálogo de documentos Manuscritos da comarca de Viana, abrangendo autos cíveis do período de 1767 a 1888.

**CONSERVAÇÃO**— O trabalho de organização e conservação documental é fruto de uma preocupação nacional dos tribunais de Justiça, advertidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base na Recomendação nº 37/2011 do CNJ, considerando o art. 216, § 2º da Constituição Federal e a Lei nº 8.159/1991.

A equipe do Arquivo do TJMA conclui no momento a fase de preparação - higienização e restauração - dos documentos históricos da comarca de São Luís, um total de 1.350, para a posterior digitalização.

## Mais de 3 mil já acionaram a Ouvidoria do Judiciário



**Quase 90% das demandas foram concluídas em até 20 dias úteis**

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou, nos últimos dez meses deste ano, 3.339 manifestações, com destaque para o mês de maio com 416 atendimentos. Cerca de 90% das demandas foram concluídas em até 20 dias úteis e representaram um crescimento de 20% em comparação ao mesmo período do ano passado (2.695 manifestações).

Os dados foram reunidos em relatório produzido e divulgado pelo órgão do TJMA. "Esperamos que as informações aqui contidas possam contribuir com a gestão do Poder Judiciário e com a construção de políticas administrativas tendentes a melhorar a qualidade dos serviços judiciais e

extrajudiciais", ressalta o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten.

**REGISTROS** - O item "reclamações" liderou a lista das manifestações, com 2.716 registros; em segundo lugar, "pedidos de informação", com 417; em seguida, "denúncias", com 86, e "dúvidas", com 41 registros.

Entre as reclamações destaca-se a morosidade processual, 2.355 manifestações (86,71%). "A morosidade processual é um problema que assola o Judiciário como um todo e evidencia a necessidade de ações administrativas voltadas para a revitalização da atividade-fim de distribuição da Justiça", explica o ouvidor. Das 325 unidades de trabalho

judiciais, extrajudiciais e administrativas do Poder Judiciário do Maranhão que apresentaram registro de reclamação, a que liderou foram as Turmas Recursais de São Luís, com cerca de 7,03% (191 reclamações) de um total de 2.716 reclamações recebidas no mesmo período.

Uma das ações recomendadas pela Ouvidoria no relatório é a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), como mecanismo de modernização do Judiciário por meio da dinamização do fluxo de realização dos atos processuais e eliminação do "tempo morto" do processo físico em secretaria.

**COMO ACESSAR** - Os canais mais utilizados pelos usuários para fazer suas manifestações foram o formulário eletrônico (1280 registros), disponível no site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br); o Telejudiciário (1050 registros), que atende pelo 0800-707-1581; e-mail (258) - [ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br); presencial (228); e "Fale Conosco" da Corregedoria (187).

**PROCEDIMENTO** - O prazo para resposta definitiva às questões dos usuários pela Ouvidoria é de 20 dias úteis. Durante esse período, a equipe realiza um criterioso trabalho de pesquisa, diálogos com os setores envolvidos, contatos adicionais com usuários, envio às unidades e acompanhamento dos casos até o esgotamento das possibilidades de resolução. As unidades envolvidas, por sua vez, têm até 5 dias úteis para prestar informações e esclarecimentos.

**A Vara Única** da Comarca de Montes Altos recebe inscrições para processo seletivo ao cargo de assessor de juiz somente até hoje. O processo correrá sob a responsabilidade do juiz Franklin Brandão, titular daquela Comarca. O Certame é de livre participação, mas será dada preferência a candidatos com formação em Direito e que tenham experiência na função.



## LIBERADAS

*O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) suspendeu os efeitos de uma liminar concedida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital e determinou que a Prefeitura de São Luís está desobrigada de interditar para reforma as quatro Unidades Mistas do Município (Bequimão, Coroadinho, São Bernardo e Itaqui-Bacanga).*

# Justiça cassa liminar que obrigava prefeitura a interditar unidades mistas

A decisão do TJMA foi baseada em documentos juntados à ação, como os autos da inspeção realizada à época, que comprovaram o cumprimento de cerca de 90% das determinações da Justiça pela Prefeitura de São Luís.

Além disso, no entendimento do TJMA, a interdição para realização das reformas poderia causar séria lesão à saúde pública, uma vez que as unidades mistas já contavam com uma elevada demanda.

Considerando os argumentos do Município, o Tribunal de Justiça enten-

deu que as unidades mistas realizam um relevante serviço à população, ao mesmo tempo em que funcionam como apoio aos Hospitais Municipais Djalma Marques (Socorrão I) e Clementino Moura (Socorrão II).

O procurador geral do Município, Marcos Braid, lembrou que, em caso semelhante, o TJMA já havia cassado outra decisão que determinava a interdição do Socorrão II. "Esse processo é antigo e a realidade hoje é bem diferente da época da propositura da ação", declarou.



As unidades mistas realizam um relevante serviço à população

EM 2014

# Ouvidoria do Judiciário foi acionada por mais de 3 mil pessoas

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou, nos últimos dez meses deste ano, 3.339 manifestações, com destaque para o mês de maio com 416 atendimentos. Cerca de 90% das demandas foram concluídas em até 20 dias úteis e representaram um crescimento de 20% em comparação ao mesmo período do ano passado (2.695 manifestações).

Os dados foram reunidos em relatório produzido e divulgado pelo órgão do TJMA. "Esperamos que as informações aqui contidas possam contribuir com a gestão do Poder Judiciário e com a construção de políticas administrativas tendentes a melhorar a qualidade dos serviços judiciais e extrajudiciais", ressalta o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire,

elogiou o trabalho da Ouvidoria e reconheceu a importância do órgão para os serviços judiciais. "A Ouvidoria desempenha o papel de aproximar o cidadão do Judiciário, uma das prioridades da nossa gestão", disse a desembargadora.

**REGISTROS**-O item "reclamações" liderou a lista das manifestações, com 2.716 registros; em segundo lugar, "pedidos de informação", com 417; em seguida, "denúncias", com 86, e "dúvidas", com 41 registros.

Entre as reclamações destaca-se a morosidade processual, 2.355 manifestações (86,71%). "A morosidade processual é um problema que assola o Judiciário como um todo e evidencia a necessidade de ações administrativas voltadas para a revitalização da atividade-fim de distribuição da Justiça", explica o ouvidor.

Das 325 unidades de trabalho judiciais, extrajudiciais e ad-



Cerca de 90% das demandas foram concluídas em até 20 dias úteis

ministrativas do Poder Judiciário do Maranhão que apresentaram registro de reclamação, a que liderou foram as Turmas Recursais de São Luís, com cerca de 7,03% (191 reclamações) de um total de 2.716 reclamações recebidas no mesmo período.

Uma das ações recomendadas pela Ouvidoria no relatório é a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), como mecanismo de modernização do Judiciário por meio da dinamização do fluxo de realização dos atos processuais e eliminação do "tempo morto" do processo

físico em secretaria.

**PROCEDIMENTO**-O prazo para resposta definitiva às questões dos usuários pela Ouvidoria é de 20 dias úteis. Durante esse período, a equipe realiza um criterioso trabalho de pesquisa, diálogos com os setores envolvidos, contatos adicionais com usuários, envio às unidades e acompanhamento dos casos até o esgotamento das possibilidades de resolução. As unidades envolvidas, por sua vez, têm até 5 dias úteis para prestar informações e esclarecimentos.

## Núcleo de Prática Jurídica UNDB

DANIELLE VIEIRA



O Curso de Direito da UNDB inaugurou em grande estilo a nova e ampla sede do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da UNDB.

O Núcleo é formado pelo Escritório Escola e pelo 6º Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão, que em parceria com o Curso de Direito da UNDB, vai promover conciliações de conflitos judiciais às comunidades carentes, prestando um importante auxílio à celeridade da Justiça e disseminando a cultura de pacificação social que já é realidade em muitos países.

A nova sede do Núcleo de Prática Jurídica da UNDB é um espaço destinado ao estudo e à ampla prática do Direito pelos alunos da instituição; que de forma privilegiada e ainda na Academia, têm a chance de aliar teoria e prática, preparando-se para atuar de forma relevante no futuro mercado de trabalho.

Na foto, professores e alunos do Curso de Direito da UNDB, que integram o 6º Centro de Conciliação do TJ-MA com a representante do Tribunal de Justiça, Jusia Maria Batista Paula (1º CEJUSC).



## ***Ouvidoria do Judiciário foi acionada por mais de três mil pessoas em 2014***

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou, nos últimos dez meses deste ano, 3.339 manifestações, com destaque para o mês de maio com 416 atendimentos. Cerca de 90% das demandas foram concluídas em até 20 dias úteis e representaram um crescimento de 20% em comparação ao mesmo período do ano passado (2.695 manifestações).

Os dados foram reunidos em relatório produzido e divulgado pelo órgão do TJMA. “Esperamos que as informações aqui contidas possam contribuir com a gestão do Poder Judiciário e com a construção de políticas administrativas tendentes a melhorar a qualidade dos serviços judiciais e extrajudiciais”, ressalta o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, elogiou o trabalho da Ouvidoria e reconheceu a importância do órgão para os serviços judiciais. “A Ouvidoria desempenha o papel de aproximar o cidadão do Judiciário, uma das prioridades da nossa gestão”, disse a desembargadora.

**Registros** – O item “reclamações” liderou a lista das manifestações, com 2.716 registros; em segundo lugar, “pedidos de informação”, com 417; em seguida, “denúncias”, com 86, e “dúvidas”, com 41 registros.

Entre as reclamações destaca-se a morosidade processual, 2.355 manifestações (86,71%). “A morosidade processual é um problema que assola o Judiciário como um todo e evidencia a necessidade de ações administrativas voltadas para a revitalização da atividade-fim de distribuição da Justiça”, explica o ouvidor.

Das 325 unidades de trabalho judiciais, extrajudiciais e administrativas do Poder Judiciário do Maranhão que apresentaram registro de reclamação, a que liderou foram as Turmas Recursais de São Luís, com cerca de 7,03% (191 reclamações) de um total de 2.716 reclamações recebidas no mesmo período.

Uma das ações recomendadas pela Ouvidoria no relatório é a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), como mecanismo de modernização do Judiciário por meio da dinamização do fluxo de realização dos atos processuais e eliminação do “tempo morto” do processo físico em secretaria.

### **COMO ACESSAR**

- Formulário eletrônico (1280 registros) – [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)
- Telejudiciário (1050 registros), que atende pelo 0800-707-1581;
- E-mail (258): [ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br);
- Presencial (228); e
- “Fale Conosco” (187).